

ANC

Sarney: Demagogia não resolve os problemas

VERA RAMOS
Da Editoria de Economia

"Se o Governo tem ministrado remédios amargos com a intenção de corrigir as distorções da economia do País, ainda que com altos custos políticos, é porque sabe que os problemas enfrentados hoje não são simplistas e não podem ser resolvidos com ações demagógicas". A afirmação foi feita ontem pela manhã pelo presidente José Sarney ao participar dos trabalhos de encerramento do Seminário "Informação Oficial", promovido pela Secretaria de Comunicação da Administração Federal (SECAF), da Presidência da República.

Ao falar para um auditorio composto exclusivamente por assessores de imprensa do Governo (a imprensa não pôde ter acesso ao Seminário) o presidente Sarney aproveitou a ocasião para explicar as razões que o levaram a assinar ontem o decreto-lei permitindo uma espécie de intervenção "branca" nos bancos estaduais do Rio de Janeiro, Maranhão, Santa Catarina, Mato Grosso e Ceará. Assinalou que essas instituições passaram a operar como emissores de moeda — cerca de 40 bilhões de cruzados (3 bilhões de dólares) — o que vinha contribuindo para aumentar o descontrole do atual déficit público.

PAPEL DOS ESTADOS

O País precisa consertar esse tipo de situação, enfatizou o presidente da República, ao assinalar que todos os Estados da Federação devem também se empenhar na luta contra gastos excessivos e fomentadores de inflação. Para exemplificar a campanha de austeridade que o seu Governo tem desenvolvido, desde a sua posse, José Sarney afirmou que, no ano passado, a União chegou a economizar 1 bilhão de cruzados somente através de



Sarney faz palestra

medidas de contenção de gastos considerados dispensáveis. "Na administração pública — citou Sarney — obtivemos uma redução de 50 mil empregos". Na opinião do Presidente, o controle do déficit público não pode ser de exclusiva competência e responsabilidade da União. Os governos estaduais também devem ajudar na redução das despesas.

Ao fazer um balanço da atual situação econômica do País, o presidente da República reafirmou que o Brasil está longe de ser uma catástrofe. "Não estamos atravessando uma crise de natureza estrutural na economia", disse que todo o sistema econômico encontra-se íntegro, citando o desenvolvimento ocorrido no setor de energia elétrica, que conseguiu acompanhar o crescimento verificado na economia após a implantação do Plano de Estabilização — o Plano Cruzado.

Para o presidente da República, o Brasil vive três tipos distintos de inflação: a monetária, que gerou o desabastecimento de produtos industrializados; a psicológica, incentivada sobretudo após o pacote econômico de novembro do ano passado (Cruzado II); e a inflação especulativa, preconizada pelos especuladores

ávidos pelo retorno as altas taxas inflacionárias.

Ao opinar a respeito do comportamento da imprensa em seu Governo, o presidente José Sarney afirmou que a melhor coisa que se tem a fazer com relação aos meios de comunicação é procurar fazer com que cada vez mais o Governo seja transparente. Disse que a imprensa exerce um importante papel de fiscal, divulgando os desacertos cometidos pelas autoridades federais. "Se alguma coisa não está correta, é justo que seja tornada pública".

QUARTO PODER

Para dar um exemplo do poder fiscalizador dos jornais, o presidente Sarney citou o caso Watergate, nos Estados Unidos, que levou a renúncia do presidente Richard Nixon. Para Sarney, desde então, a imprensa norte-americana assumiu uma posição mais crítica com relação às ações do Governo, notificando com agressividade os erros e desacertos do poder.

Com relação ao Brasil, Sarney acredita que também a imprensa tem assumido uma posição mais forte em suas críticas. Para o Presidente, essa mudança de comportamento é naturalmente explicada em função dos vários anos pelos quais a imprensa atravessou impossibilitada de divulgar todas as ações dos governantes anteriores.

Sarney lembrou ainda que a importância da imprensa é notada em todo o mundo. Disse que em seu último encontro com o ex-chanceler da República Federal da Alemanha, Helmut Kohl, ele lhe confidenciou que passava apenas 30% de seu tempo de trabalho dedicando-se às tomadas de decisão. Os restantes 70%, trabalhava para explicar a toda a sociedade as razões que o levaram a se decidir por esta ou aquela solução administrativa.

Relator defende o regimento

Assegura que o projeto não pretende "cassar mandatos"

LUIS MARQUES



Fernando Henrique defende o regimento. Luis Viana Filho sugere negociações



Na derrota, um sinal de alerta

REJANE OLIVEIRA
Da Editoria de Política

Quando as urnas de 15 de novembro passado começaram a ser abertas em todo o País, ficou claro que o PMDB teria uma vitória esmagadora. Computados todos os votos, o deputado Ulysses Guimarães soube que o seu partido elegera nada menos que 303 constituintes, se somados os senadores com mandato até 1990.

Quarta-feira durante a frustrada tentativa de votação do regimento interno da Constituinte, esta avassaladora maioria formal do PMDB sofreu o seu primeiro baque sério. Perceberam os articuladores da soberania absoluta da Assembleia, sem margem de dúvidas, que a diversidade de correntes político-ideológicas que compõem o partido dificilmente permitirá a união de sua bancada em torno de qualquer tema que seja.

Enquanto o deputado Ulysses Guimarães e o senador Fernando Henrique Cardoso decidiam submeter a questão ao plenário,

apoiados na ampla maioria do PMDB, outros parlamentares do partido articulavam-se nos corredores do Congresso contra a aprovação do substitutivo ao regimento interno.

O resultado foi o que se viu: somados os 51 constituintes dos partidos de esquerda, que apoiavam o substitutivo, o PMDB não conseguiu reunir em plenário mais que 283 parlamentares, apenas três a mais do que o necessário para aprovar o projeto. Entre estes, além disso, havia vários que não escondiam a intenção de votar contra a matéria. O presidente Ulysses Guimarães não teve outra saída a não ser adiar a votação.

DIVISÕES

A sessão de anteontem serviu à cúpula peemedebista, pelo menos, para avaliar as divisões internas do partido, delimitando o exato potencial de cada grupo. Os progressistas, que pensavam ter maioria, terminaram apresentando visíveis sinais de frustração. Já os conservadores, aliados ou aliáveis aos inte-

resses do Governo, mostraram de forma incontestável que possuem o controle da Constituinte.

Ao Planalto, que se mostrava perplexo com as articulações ruidosas dos "xilas", resta aproveitar as lições da sessão de quarta-feira e articular alianças dentro do seu próprio partido. Ficou provado que o deputado Ulysses Guimarães não dispõe do controle da bancada mais heterogênea da Constituinte e que há um vácuo, justamente entre os conservadores, que pode ser ocupado facilmente pelo Governo.

ESTILO

O presidente Sarney tem o estilo perfeito para atrair a facção moderada do PMDB. E, mais importante, possui as armas adequadas para isso. Basta-lhe fortalecer o deputado Carlos Sant'Anna e dar-lhe os instrumentos para a tarefa que já foi abstrata — sou impossível e, uepois da direta do PMDB, tornou-se perfeitamente realizável: a de garantir a maioria do Governo na Constituinte, acima das cúpulas e das conveniências partidárias.

"A forma que escolhemos para fazer a nova Constituição é uma forma nova e arriscada", declarou o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), relator do projeto de regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte. Ele reconheceu que não pôde deixar de cometer "certas arbitrariedades" em seu trabalho, admitiu as críticas ao primeiro substitutivo que apresentou e manifestou sua esperança de haver sanado, no segundo, aquilo que "por infelicidade de redação, teve eventualmente uma leitura ambígua e resultou em certa confusão".

— Se não formos capazes de nos organizarmos; se não formos capazes de entender que a vontade de cada um de nós, por mais importante que seja, e que o interesse que representamos, por mais legítimo que seja, às vezes terá de dar passo a outros interesses, a outras propostas que existam, não chegaremos a uma Carta constitucional — disse o relator, ao chamar a atenção do



plenário para os riscos representados pelo regimento.

O senador esclareceu que não pôde alterar alguns dos temas mais polêmicos, porque "não seria legítimo que eu extrapolasse aquilo que era e é o sentimento nesta Assembleia". Sobre o art. 57, parágrafo 7º, por exemplo, que permitiria reduzir o mandato do presidente Sarney, segundo várias críticas, disse que é indispensável para a soberania da Constituinte, após assegurar que ele "não se destina a cassar mandatos".

— Se começarmos com tibiezas, começarmos a imaginar que qualquer palavra nossa põe em risco as instituições, não chegaremos à democracia. E nós vamos chegar lá. Vamos chegar à democracia plena e dia haverá em que, com tranquilidade, esse povo irá votar sim, pelo voto direto, para presidente da República, acrescentou.

Luis Viana sugere acordo

O presidente Sarney devia fazer um acordo com o PMDB, porque é evidente que há um descompasso entre o governo e o partido, afirmou, ontem, o veterano senador Luis Viana Filho, ao analisar as divergências entre a principal agremiação da Aliança Democrática e o presidente da República em relação ao ponto crucial do projeto do novo regimento, o parágrafo 7º do artigo 57, o qual dá à Constituinte poderes para alterar a Constituição vigente.

O Senador Luis Viana Filho dizia, numa roda de amigos que a questão havia sido mal conduzida pelo governo: "No fim, o Sarney vai aparecer como derrotado".

Ao seu lado, outro político veterano, o senador Virgílio Távora, observava que o Deputado Carlos Sant'Anna tinha que enfrentar necessariamente muitas dificuldades para exercer a liderança do Governo: "Se o carro é uma ficção, se o cargo não existe, é claro que ele terá de enfrentar grandes problemas".

Depois que negou procedência a uma questão de ordem levantada pelo líder do PTB, Gastone Righi, pedindo para recorrer ao plenário contra a decisão do presidente para votar o projeto do regimento interno, Ulysses Guimarães virou-se para o deputado paulista João Herrmann e disse, irônico:

— Eu vou lembrar o Nereu Ramos, ex-presidente da Câmara, que costumava dizer: "Maioria vota"; Minoria discute, maioria decide.

O comentário geral no Congresso é de que a disputa entre Sarney e Ulysses tornavam-se agora declarada diante da divergência fundamental entre Governo e maioria do PMDB em torno do projeto do regimento interno da Constituinte.

Diante da decisão do PFL de se retirar do plenário para não permitir número para votação, a voz geral entre os parlamentares ortodoxos do PMDB era que a Aliança Democrática tinha falecido, quarta-feira com a decisão dos pefelistas.